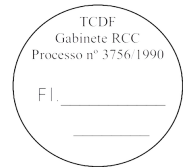




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Ronaldo Costa Couto



PROCESSO: 3756/1990 A

ÓRGÃO DE ORIGEM: Secretaria de Estado de Educação – SE/DF.

ASSUNTO: Revisão de proventos.

EMENTA: Revisão dos proventos de GLAUCE MARIA JOSÉ RODRIGUES CAMPOS, aposentada, no cargo de Professor. Legalidade.

RELATÓRIO

Trata este processo da revisão dos proventos, de GLAUCE MARIA JOSÉ RODRIGUES CAMPOS, aposentada, no cargo de Professor, Classe Única, Nível 3, Padrão XXV, com base na Lei nº 92/90.

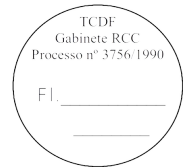
Pela Decisão nº 2409/2000, o Tribunal determinou diligência à SEA/DF, para:

“I - excluir o tempo de inatividade da contagem para fim de concessão de de Padrões, reposicionando a servidora em sua carreira à vista, tão-somente, do tempo em que esteve em efetivo exercício de magistério; II - retificar o ato de fl. 09, alterado pelo de fl. 166, a fim de, consignar o correto posicionamento da servidora, excluir a alínea "b", do artigo 40, inciso III, da CRFB e incluir a alínea "a", do mesmo diploma legal, visto que o tempo de inatividade somente poderá ser aproveitado para nova aposentadoria comum, conforme Decisão nº 7.925/97 (Processo nº 224/91), bem como considerar os efeitos da revisão a contar de 27.04.90, data do requerimento de fl. 01; III - elaborar Demonstrativo de Tempo de Serviço, em substituição ao de fl. 170, com o intuito de encerrar a apuração em 26.04.90 (véspera da revisão), corrigir os quantitativos de faltas e de licenças médicas usufruídas pela servidora, em conformidade com as informações de fls. 33/36 e alterar o total computado em dobro de que trata a Lei nº 22/89 para 444 dias; IV - elaborar Abono Provisório, em substituição ao de fl. 172, em conformidade com a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, com efeitos a contar de 27.04.90, a fim de considerar o correto posicionamento da servidora, haja vista o contido nos itens I e II; V - tornar sem efeito os documentos substituídos.”

Dessa decisão, a interessada pediu reexame, recurso conhecido na assentada de 15/08/2000 (Decisão nº 6247/2000).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Ronaldo Costa Couto



O exame do mérito ficou sobrestado até a decisão que viesse a ser proferida no Processo nº 6947/91.

Cessado o motivo do sobrestamento, foi proferida a Decisão nº 6897/2001, do seguinte teor:

“a) no mérito, dar provimento ao Pedido de Reexame de fls.191/195; b) considerando a Decisão nº 4545/2000, ratificada pela de nº 1391/2001, rever a Decisão nº 2409/2000, determinando à Secretaria de Gestão Administrativa que, no prazo de 60 (sessenta) dias: b.1) retifique o ato de fl. 09 para considerar os seus efeitos a contar de 27.04.90 e torne sem efeito o ato de fl. 166; b.2) elabore novo Demonstrativo de Tempo de Serviço, em substituição ao de fl. 170, nos mesmos moldes do documento inaugural de fl. 05 (contagem do tempo de inatividade para todos os fins), encerrando-se a apuração em 26.04.90, corrigindo o total computado em dobro nos termos da Lei nº 22/89 para 728 dias e ajustando as faltas e licenças obtidas em conformidade com as peças de fls. 33/36; b.3) confeccione novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 172, observando a Decisão Normativa nº 02/93 - TCDF, nos mesmos termos da peça de fl. 10 (proventos à base de 40 horas e vantagem do artigo 184-II, da Lei nº 1.711/52), com efeitos a contar de 27.04.90 e ATS no percentual de 25% (quinquênios à época); b.4) torne sem efeito os documentos substituídos.”

Cumprida essa nova diligência, a instrução, considerando estarem corretas a fundamentação legal do ato, a apuração do tempo de serviço e as parcelas integrantes do abono provisório, manifesta-se pela legalidade do ato.

Em parecer da lavra da eminente Procuradora-Geral, Dra. Márcia Farias, o Ministério Público opina nestes termos:

“8. Caminho idêntico foi seguido pelo nobre Conselheiro José Eduardo Barbosa, no relato dos Processos nº 6947/91 e 7751/91, concluindo por considerar viável a aplicação do disposto na Lei nº 92/90, inclusive com a contagem do tempo de inatividade para todos os efeitos legais.

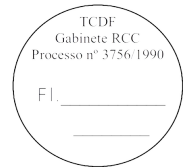
9. Nas oportunidades mencionadas, este Parquet solicitou à colenda Corte novas reflexões sobre os desdobramentos das discussões, mediante Pedido de Vista do Processo nº 4400/91 e Pedido de Reexame da Decisão nº 5986/00, tomada no Processo nº 6947/91 (com idênticos efeitos na Decisão nº 5987/00, relativa ao Processo nº 7751/91), reafirmando a sua convicção quanto à inconstitucionalidade da Lei nº 92/90.

10. Ante o exposto, coerente com os pronunciamentos anteriores a respeito do tema, opina este Parquet pela ilegalidade da revisão de proventos, tendo em vista a ausência de fundamentos de validade que permitam a aplicação da Lei nº 92/90, em face do que estabelece a Constituição Federal de 1988 sobre a matéria.”

VOTO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Ronaldo Costa Couto



Nesta oportunidade, não é mais possível modificar a Decisão nº 6897/2001, proferida nestes mesmos autos, concretamente, em favor da inativa, sem que tenha havido o competente recurso. Seria atentar contra o devido processo legal e a coisa julgada.

Com as vênias de estilo, lamentando, neste caso, dissentir da douta Procuradoria, acolho a instrução e VOTO no sentido de ser julgada legal a revisão, para fins de registro.

Sala das Sessões em de de 2002.

RONALDO COSTA COUTO
Conselheiro-Relator